

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

23ª Sessão Ordinária de 2015

(Publicada no DECNMP, Caderno Processual, de 30/11/15, págs. 1/21)

Dia: 15/12/2015

Hora: 10:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1. Aprovação das Atas da 21ª Sessão Ordinária (10/11/2015) e da 22ª Sessão Ordinária (24/11/2015).

Processo com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

2. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000040/2011-12

Requerente: Fernando Zardini Antonio

Assunto: Requer providências acerca da aplicação e extensão do teor do artigo 15, parágrafo único, da Resolução n.º 13, de 02 de outubro de 2006, no âmbito do Ministério Público.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha (Relator anterior: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior)

Origem: Espírito Santo

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 28/01/2015

3. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001449/2013-18 (Embargos de Declaração)

Embargante: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Amazonas

Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, no qual era requerida a suspensão dos efeitos do Ato PGJ n.º 148/2013, do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, bem como a revisão do mencionado ato, para garantir que a concessão do direito à dispensa do serviço aos servidores que prestaram serviço à Justiça Eleitoral não incida em dias nos quais os servidores já tem direito a folga.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha (Relator Anterior: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior)

Origem: Amazonas

Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Pedidos de Vista em 24/02/2015

4. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24
Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
5. Proposição n.º 0.00.000.001501/2013-36
Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes (Relator Anterior: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 14/04/2015

6. Proposição n.º 0.00.000.000394/2011-67
Proponente: Conselheiro Almino Afonso
Assunto: Proposta de Resolução, com vistas a estabelecer instruções para o cumprimento da Lei Federal n.º 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
7. Proposição n.º 0.00.000.000837/2013-81
Proponente: Conselheiro Almino Afonso Fernandes
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina o funcionamento dos plantões na primeira instância das diversas unidades do Ministério Público, nos horários de inócorência de expediente forense.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo (Relator Anterior: Cons. Leonardo de Farias Duarte)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

8. Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de interceptações telefônicas, e dá outras providências.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 23/06/2015

9. Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 0.00.000.001525/2014-76 (Recurso Interno)
Recorrente: Soel Arpini – Promotor da Justiça Militar
Recorrido: Ministério Público Militar
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão de arquivamento em Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público, na qual se pretende que o Procurador-Geral da Justiça Militar encaminhe a Recomendação n.º 01/2014 ao Procurador-Geral da República, para que a envie ao Comandante da Aeronáutica.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo (Relator Anterior: Cons. Leonardo de Farias Duarte)
Origem: Rio Grande do Sul
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

Pedidos de Vista em 28/07/2015 – 13ª Sessão Ordinária

10. Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02
Proponente: Presidência do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior
11. Pedido de Providências n.º 0.00.000.001432/2014-41
Requerente: Maxwell Pariz Xavier
Advogado: Diógenes Lemos Calheiros – OAB/CE n.º 24.015
Requeridos: Ministério Público do Trabalho
Ministério Público Federal
Assunto: Requer providências, junto ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Trabalho, para que disponibilizem cópias integrais, inclusive gravação de áudio e degravações, do Inquérito Administrativo n.º 2.00.000.001762/2014-26, do PIC n.º 1.15.002.00709/2013-30 e do PIC n.º 1.15.002.000643/2013.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira (Relator Anterior: Cons. Jarbas Soares Júnior)
Origem: Ceará
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 29/07/2015 – Continuação da 13ª Sessão Ordinária

12. Proposição n.º 0.00.000.001478/2013-80
Proponente: Conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre as férias dos membros dos Ministérios Públicos da União e dos Estados.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Antônio Pereira Duarte
Cons. Walter de Agra Júnior
13. Proposição n.º 0.00.000.001569/2014-04
Proponente: Conselheiro Jarbas Soares Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que altera o § 4º do art. 2º, da Resolução CNMP n.º 23/2007.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 29/07/2015 – 14ª Sessão Ordinária

14. Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70
Proponente: Presidência do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedidos de Vista em 25/08/2015

15. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000845/2014-17
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Visa à análise aprofundada de indícios de fracionamento de despesas para realização de dispensas de licitação fora das hipóteses previstas em lei, no Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo (Relator Anterior: Cons. Leonardo de Farias Duarte)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

16. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000073/2015-96
Requerente: Thiago Coelho da Cunha
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Assunto: Requer providências em relação ao possível descumprimento, por parte do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, do disposto na Resolução CNMP n.º 05/2006, que disciplina o exercício de atividade político-partidária por membros do Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo (Relator Anterior: Cons. Leonardo de Farias Duarte)
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
17. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000238/2015-20
Requerente: Moacir Guimarães Morais Filho – Subprocurador-Geral da República
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Requer o controle da decisão do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que ensejou a edição da Portaria PGR/MPF n.º 505/2014, estabelecendo a composição das Câmaras de Coordenação e Revisão.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior
Cons. Otávio Brito Lopes
18. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000275/2015-38
Requerente: Moacir Guimarães Morais Filho – Subprocurador-Geral da República
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Requer o controle de ato do Conselho Institucional do Ministério Público Federal, no Processo n.º 1.00.000.016261/2014-08, que decidiu pela inexistência de impedimento de atuação e votação de cônjuges ou companheiros no âmbito de Órgão Colegiado.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Otávio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 22/09/2015

19. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000334/2015-78
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Assunto: Visa apurar a efetividade do controle de residência fora da Comarca no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, inclusive em relação aos casos anteriormente observados, conforme o item 7.14 do Relatório Conclusivo de Inspeção do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Otávio Brito Lopes

20. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000433/2015-50 (Julgamento Conjunto com os Processos n.º 0.00.000.000472/2015-57 e n.º 0.00.000.000475/2015-91)
Requerente: Juliano da Silva – Promotor de Justiça do Estado do Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Assunto: Requer a determinação para o pagamento da gratificação pelo exercício cumulativo de funções devida a membro do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme disposto na legislação estadual.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira (Relator Anterior: Cons. Jarbas Soares Júnior)
Origem: Paraná
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Cons. Otavio Brito Lopes
Cons. Fábio Bastos Stica

Pedidos de Vista em 13/10/2015

21. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001658/2013-61
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – SINDSEMP/RN
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Requer o controle, junto ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, dos servidores cedidos ou requisitados de órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal, sem que seja para o exercício de cargo ou função de confiança, bem como a regularização do quadro de servidores, conforme as regras do art. 37, II, da CF e art. 106, da LCE nº 122/1994.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza
22. Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000025/2015-06 (Embargos de Declaração)
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Advogado: Rubimar Barreto Silveira – OAB/MT n.º 3.640
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que determinou a aplicação da penalidade de advertência a membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Pedidos de Vista em 27/10/2015

23. Proposição n.º 0.00.000.000328/2012-78
Proponente: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre o Código de Ética no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

24. Proposição n.º 0.00.000.001310/2013-74
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Recomendação que revoga a Recomendação CNMP n.º 16, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
25. Proposição n.º 0.00.000.000171/2014-42
Proponente: Conselheiro Esdras Dantas de Souza
Assunto: Proposta de Recomendação aos membros do Ministério Público para se absterem de adotar medidas contrárias ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (RESP 1.192.332/RS) que, conforme os artigos 13 e 25, da Lei n.º 8.666/93, autoriza o ente público a contratar o advogado por inexigibilidade de licitação, assegurando a inviolabilidade ao exercício profissional do advogado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha
26. Proposição n.º 0.00.000.000704/2014-96
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a agilização dos processos de adoção e destituição do poder familiar no âmbito do Ministério Público dos Estados.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
27. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001795/2014-87
Requerente: Paulo Adriano Nunes Miranda
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Goiás, em fornecer informações quanto às providências tomadas na denúncia protocolada sob o n.º 20K00489448.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Goiás
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
Cons. Otavio Brito Lopes
28. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.000364/2015-84
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Assunto: Visa apurar irregularidades por parte da 3ª Promotoria de Justiça de Águas Lindas de Goiás, na tramitação de diversos procedimentos, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado de Goiás.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Pedido de Vista em 10/11/2015

29. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000491/2015-83 (Recurso Interno)
- Recorrente: Luiz Inácio Lula da Silva
- Advogados: Cristiano Zanin Martins – OAB/SP n.º 172.730; Larissa Teixeira Quattrini – OAB/SP n.º 175.235; Roberto Teixeira – OAB/SP n.º 22.823; Valeska Teixeira Zanin Martins – OAB/SP 153.720
- Recorrido: Membro do Ministério Público Federal no Distrito Federal
- Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal no Distrito Federal.
- Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
- Origem: São Paulo
- Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Pedidos de Vista em 24/11/2015

30. Proposição n.º 0.00.000.001045/2013-24
- Proponente: Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública
- Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta procedimentos de natureza administrativa sobre a tramitação direta do inquérito policial entre o Ministério Público e a Polícia Judiciária.
- Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
31. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000470/2014-87 (Embargos de Declaração)
- Embargante: Dirceu Dresch
- Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a preliminar de incompetência do CNMP, determinando o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que visa apurar irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas em auditoria realizada no Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, envolvendo a legalidade dos atos de pessoal concernentes ao preenchimento de cargos efetivos e comissionados, teto remuneratório, vantagens remuneratórias, cessão de servidores, acumulação de cargos, controle de frequência e controle interno.
- Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
- Origem: Santa Catarina
- Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Cons. Otavio Brito Lopes
Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Cons. Esdras Dantas de Souza

32. Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001610/2014-34 (Aposos: Processos n.º 0.00.000.001398/2010-81 e n.º 0.00.000.001432/2011-07)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: Luís André Ferreira da Cunha – OAB/PA n.º 18.899B
Assunto: Pedido de revisão dos processos disciplinares n.º 71/2010 e n.º 73/2010 que tramitaram no Ministério Público do Estado do Pará.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Otavio Brito Lopes

Processos Remanescentes

Incluídos na Pauta da 12ª Sessão Ordinária (23/06/2015)

33. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000543/2013-50 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000443/2013-23)
Requerente: Luís Antônio Camargo de Melo – Procurador-Geral do Trabalho
Requeridos: Ministério Público da União e Ministério Público dos Estados
Assunto: Requer que o Conselho Nacional do Ministério Público normatize a questão das cotas para ingresso de representantes de minorias étnico-raciais nos concursos do Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
34. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001327/2014-11
Requerente: Emanuela Mesquita Ferreira Lima
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Ceará em concluir o processo n.º 21913/2011, que tramita na Procuradoria dos Crimes contra a Administração Pública, a qual apura perda atuarial em mais de 55 municípios do Estado do Ceará, que adotaram o regime próprio de Previdência Social.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Ceará

Incluído na Pauta da 14ª Sessão Ordinária (29/07/2015)

35. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000172/2015-78 (Embargos de Declaração)
Embargante: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia – AMPEB
Advogado: Manoel Pinto – OAB/BA n.º 11.024
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente Procedimento de Controle Administrativo, no qual é requerido o controle de legalidade sobre o Ato n.º 009/2014, da Corregedoria Geral do Estado da Bahia, de modo a consignar que as obrigações e prazos que coincidam em dias de fim de semana e feriados sejam prorrogados ao primeiro dia útil seguinte.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Bahia

Incluídos na Pauta da 19ª Sessão Ordinária (13/10/2015)

36. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000119/2014-96
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Interessado: Aldo Clemente de Araújo Filho – Presidente do SINDSEMP/RN
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Requer o controle de projeto de lei que cria o "Núcleo de Apoio Volante", a ser composto por analistas e técnicos do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, bem como que seja recomendado ao Procurador-Geral de Justiça do mencionado Estado que se abstenha de criar ou aumentar o número cargos em comissão.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Rio Grande do Norte
37. Pedido de Providências n.º 0.00.000.001637/2014-27
Requerente: Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo – SINDIPÚBLICOS
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Requer providências do Ministério Público do Estado do Espírito Santo em razão das alegações de diversas situações de desrespeito aos servidores daquele Órgão.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Espírito Santo
38. Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 0.00.000.000250/2015-34 (Recurso Interno)
Recorrente: Zélia Saraiva Lima – Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí
Recorrido: Ministério Público Federal no Estado do Piauí
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público, na qual é requerido o acolhimento da indicação de membro do Ministério Público do Estado do Piauí, para o exercício da função eleitoral na 63ª Zona Eleitoral – Teresina, com a consequente designação pelo Procurador Regional Eleitoral da Circunscrição do mencionado Estado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Piauí

Incluído na Pauta da 20ª Sessão Ordinária (27/10/2015)

39. Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001434/2014-31
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Advogados: Danielle de Sena Lourenço – OAB/MA n.º 14.630-A; Nelson Wilians Fratoni Rodrigues – OAB/MA n.º 9.348-A
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (10/11/2015)

40. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000896/2012-79
Requerente: Sócrates de Souza – Procurador de Justiça do Estado do Espírito Santo
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Requer a suspensão dos efeitos da decisão proferida pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Espírito Santo nos autos do Recurso Administrativo MPES n.º 18626/2012, interposto nos autos do Processo MPES n.º 40501/2010.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Espírito Santo
41. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001270/2013-61
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Assunto: Requer, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, a análise dos critérios técnicos, licitatórios e contratuais com o objetivo de concluir se houve ou não favorecimento à empresa NEXNET em contrariedade à Lei n.º 4320/64 e aos art. 82, art. 83, art. 84 § 2º, art. 90 e art. 92, da Lei n.º 8.666/93 e art. 3º, art. 10, VIII e art. 11, II e V, da Lei n.º 8429/92.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
42. Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.000225/2014-70 (Embargos de Declaração) (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000465/2013-93)
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Advogado: Willer Tomaz de Souza – OAB/DF n.º 32.023
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente Processo Administrativo Disciplinar e determinou a aplicação da penalidade de advertência ao membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
43. Proposição n.º 0.00.000.001222/2014-53
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
44. Proposição n.º 0.00.000.001246/2014-11
Proponente: Conselheiro Alexandre Berzosa Saliba
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 09/2006, mediante retificação do parágrafo único de seu artigo 4º, bem como por meio do acréscimo da alínea "e" ao inciso III de seu artigo 6º.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal

45. Proposição n.º 0.00.000.001435/2014-85
Proponente: Conselheiro Antônio Pereira Duarte
Assunto: Proposta de Recomendação que dispõe sobre a necessidade de observância, pelos membros do Ministério Público, das normas – princípios e regras – do chamado Protocolo de Istambul, da Organização das Nações Unidas (ONU) e, bem assim, do Protocolo Brasileiro de Perícia Forense, em casos de crime de tortura.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
46. Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000318/2015-85
Requerente: Carlos Eduardo Magalhães de Almeida – Corregedor-Geral do MPDFT
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Interessado: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Advogado: Daniel Gerber – OAB/RS n.º 39.879
Assunto: Pedido de revisão do Processo Administrativo Disciplinar n.º 08190.033725/13-11, que tramitou no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
47. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000512/2015-61 (Recurso Interno)
Recorrente: Leonardo de Carvalho Barboza
Advogados: Cíntia Lopes Barcellos – OAB/RJ n.º 106.474; Pedro Henrique Andrade Sousa – OAB/DF n.º 30.347; Thiago Costa Serra Nunes – OAB/RJ n.º 198.952-E
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, no qual é requerida a suspensão do concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Pará, dentre outras providências.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Rio de Janeiro
48. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000592/2015-54 (Recurso Interno)
Recorrente: Movimento Avivação
Advogado: Marilda Terezinha da Silva Ribeiro Fonseca – OAB/MG n.º 49.449
Recorridos: Membro do Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais; Membro do Ministério Público do Trabalho no Estado de Minas Gerais; Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada contra membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, membro do Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais e membro do Ministério Público do Trabalho no Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Minas Gerais

Processos desta Sessão (15/12/2015)

49. Inspeção n.º 0.00.000.000304/2012-19
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Assunto: Acompanhamento do cumprimento das proposições contidas no relatório conclusivo da Inspeção realizada no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
50. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000157/2013-68
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria da República no Estado de Goiás
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP Nº 81/2012 na Procuradoria da República no Estado de Goiás.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
51. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000209/2013-04
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região/São Paulo
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP Nº 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
52. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000219/2013-31
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria Regional da República da 3ª Região/São Paulo
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP Nº 81/2012 na Procuradoria Regional da República da 3ª Região/SP.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
53. Inspeção n.º 0.00.000.000349/2013-74
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Acompanhamento do cumprimento das proposições contidas no relatório conclusivo da Inspeção realizada no Ministério Público do Estado do Ceará.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

54. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000408/2013-12
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região/GO
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP nº 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
55. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000885/2013-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Bernardo Menezes da Silva Júnior
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Maranhão
Advogado: Carlos Dias Carneiro Neto – OAB/MA n.º 7.262
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Maranhão
56. Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001408/2013-21 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001400/2009-89)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
57. Inspeção n.º 0.00.000.001436/2013-49
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Assunto: Acompanhamento do cumprimento das proposições contidas no relatório conclusivo da Inspeção realizada no Ministério Público do Estado de Tocantins.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
58. Inspeção n.º 0.00.000.001510/2013-27
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: Acompanhamento do cumprimento das proposições contidas no relatório conclusivo da Inspeção realizada no Ministério Público do Estado de Rondônia.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
59. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001530/2013-06
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPT – Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região/São Paulo
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal

60. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001604/2013-04
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPF – Procuradoria da República no Estado de Goiás
Assunto: Atendimento prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
61. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001781/2013-82
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPT – Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região – Goiânia/GO
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
62. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001782/2013-27
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: MPF – Procuradoria Regional da República da 3ª Região/São Paulo
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
63. Inspeção n.º 0.00.000.000132/2014-45
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Assunto: Acompanhamento do cumprimento das proposições contidas no relatório conclusivo da Inspeção realizada no Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
64. Inspeção n.º 0.00.000.000371/2014-03
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Acompanhamento do cumprimento das proposições contidas no relatório conclusivo da Inspeção realizada no Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
65. Inspeção n.º 0.00.000.000622/2014-41
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Acompanhamento do cumprimento das proposições contidas no relatório conclusivo da Inspeção realizada no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

66. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001548/2014-81 (Pedido de Revisão)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Pedido de revisão de decisão monocrática que determinou o arquivamento de Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo, na qual é requerida a apuração de inércia por parte da 7ª Promotoria de Justiça Cível de Vila Velha/ES, na análise de notícias de fato, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
67. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001612/2014-23 (Embargos de Declaração)
Embargante: José Carlos Paes – Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que negou provimento a Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator Originário: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Relator dos Embargos de Declaração: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Rio de Janeiro
68. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001667/2014-33
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Assunto: Visa apurar irregularidades por parte da Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – 2º Promotor de Justiça – na tramitação de processos, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado do Paraná.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Paraná
69. Proposição n.º 0.00.000.001675/2014-80
Proponente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a publicação das decisões proferidas pelos Órgãos Colegiados do Ministério Público atribuídos do controle da atuação extrajudicial finalística.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
70. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001738/2014-06 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou parcialmente procedente o feito, para determinar a desconstituição do ato de nomeação de servidor comissionado, sem que se invalidem os efeitos patrimoniais.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Pará

71. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001775/2014-14 (Embargos de Declaração)
Embargante: Isis Guimarães de Azevedo – Procuradora de Justiça do MPDFT
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que revogou a liminar anteriormente concedida e julgou parcialmente procedente o pedido, apenas para determinar ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que, a partir da decisão do Conselho Nacional, adequue a lista de antiguidade sempre que situações excepcionais modifiquem a realidade do quadro de seus membros e antes da movimentação seguinte na carreira.
Relator Originário: Cons. Walter de Agra Júnior
Relator dos Embargos de Declaração: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
72. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001801/2014-04
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Assunto: Requer o controle do pagamento retroativo do auxílio-moradia aos membros do Ministério Público do Estado de Goiás, conforme relatado em matéria jornalística.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
73. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000099/2015-34 (Recurso Interno)
Recorrente: Artur Sérgio de Almeida Reis
Advogado: Thiago Machado de Carvalho – OAB/DF n.º 26.973
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Sergipe
74. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000102/2015-10 (Recurso Interno)
Recorrente: Reynaldo Paes de Barros
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Mato Grosso do Sul

75. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.000190/2015-50 (Pedido de Revisão)
Requerente: DPC Construções e Serviços LTDA
Advogado: Thiago Massicano – OAB/SP n.º 249.821
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Pedido de Revisão de decisão monocrática que determinou o arquivamento de Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo, que trata da apuração de inércia do Ministério Público do Estado de São Paulo, em dar andamento ao pedido de instauração de inquérito n.º MP: 38.0257.0000279/2012-6, que foi protocolado na Promotoria de Justiça de Embu-Guaçu.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: São Paulo
76. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000217/2015-12 (Recurso Interno)
Recorrente: Walmir de Oliveira Lima Teixeira
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Paraná.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Paraná
77. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000371/2015-86 (Recurso Interno)
Recorrente: Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira – Procuradora do Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Recorridos: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Rádio e Televisão Bandeirantes LTDA.
Advogados: Cristiano Zanin Martins – OAB/DF n.º 32.190
Roberto Teixeira – OAB/SP n.º 22.823
Gabriel Ciríaco Lira – OAB/DF 47.2012
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que reconheceu a ilegitimidade passiva do membro do Ministério Público de Contas do Distrito Federal para figurar no procedimento e determinou a sua exclusão do pólo passivo.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal
78. Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.000395/2015-35 (Aposos: Processos n.º 0.00.000.000480/2014-12 e n.º 1.00075/2015-75)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Assunto: Questão de Ordem suscitada pelo requerido, pugnando pela renovação do julgamento da Arguição de Impedimento ou Suspeição n.º 1.00075/2015-75 e do Recurso Interno interposto no presente Processo Administrativo Disciplinar.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

79. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000506/2015-11 (Recurso Interno)
Recorrente: Rodrigo Costa Feitosa
Advogado: Márcio Messias Cunha – OAB/GO n.º 13.955
Recorrido: Membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Tocantins
80. Nota Técnica n.º 0.00.000.000529/2015-18
Proponente: Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Assunto: Nota Técnica sobre a atuação do Ministério Público na proteção do direito fundamental a não discriminação e não submissão a tratamentos desumanos e degradantes de pessoas travestis e transexuais, especialmente quanto ao direito ao uso do nome social no âmbito da Administração Direta e Indireta da União e dos Estados.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
81. Proposição n.º 0.00.000.000540/2015-88
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 67/2011, que dispõe sobre a uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
82. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000584/2015-16 (Recurso Interno)
Recorrente: Ranieri Feres Doellinger
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Espírito Santo
83. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000586/2015-05
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Visa acompanhar a discussão realizada na 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de debater a alienação parental.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal

84. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000691/2015-36 (Recurso Interno)
Recorrente: Cláudio Henrique Bezerra Barcelos
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Maranhão
85. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000715/2015-57 (Recurso Interno)
Recorrente: Fernando Affonso Collor de Mello – Senador da República
Advogado: Lucas de Castro Rivas – OAB/DF n.º 46.431
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
86. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000762/2015-09
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Visa apurar irregularidades no processo de escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de João Pessoa/PB.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal
87. Inspeção n.º 0.00.000.000764/2015-90
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Corregedoria Geral do Estado do Ceará
Assunto: Inspeção realizada nos órgãos de atribuição disciplinar do Ministério Público do Estado do Ceará.
Relator: Cons. Cláudio Portela Henrique do Rego
Origem: Distrito Federal
88. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000814/2015-39
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Realização de visita técnica no Estado de Minas Gerais, em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal
89. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000835/2015-54
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Realização de visita técnica no Estado da Paraíba, em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão de Infância e Juventude.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 13/10/2015

1. Pedido de Providências n.º 1.00091/2015-40
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Providências. Inadequação. Quadro de Servidores. 4ª Promotoria de Justiça da Curadoria da Fazenda Pública de Aracaju. Inobservância. Prazos Processuais. Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Sergipe
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Pedido de Vista em 24/11/2015

2. Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00004/2015-08
Requerente: Paulo Eduardo Bueno
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. Ministério Público Federal. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Processos Remanescentes

3. Proposição n.º 1.00060/2015-52
Requerente: Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Objeto: Proposição. Emenda Regimental. Alteração. art. 12, § 1º do RICNMP.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (10/11/2015)

4. Representação por Inércia ou Excesso de Prazo n.º 1.00010/2015-20 (Recurso Interno)
Recorrente: Ricardo de Lima Cattani
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Denúncia. Andamento. MPPE. CAOPS. Vaquejada. Maus tratos animais. Crime ambiental.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Pernambuco

5. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00128/2015-49
Requerente: Procuradoria Geral do Trabalho
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Resolução nº 121/2015. Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Nulidade do inciso VII, do artigo 6º. Autorização de concessão de medidas liminares/cautelares pelos Conselheiros Relatores. Ausência de atribuição do Colegiado para assegurar direitos em casos concretos. Liminar.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
6. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00210/2015-09
Requerente: Weruska Rezende Fuso Prudente
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Objeto: Suspensão de execução do ato impugnado. Provimento do recurso CPJ nº 005/2015. Exclusão do Nome da Requerente da Lista de Merecimento para a 26ª Promotoria de Justiça de Palmas. Seja mantida a Decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Tocantins
7. Proposição nº 1.00212/2015-08
Requerente: Conselheiro Antônio Pereira Duarte
Objeto: Proposta de Resolução que altera o § 3º do art. 2º da Resolução CNMP nº 56/2010, que dispõe sobre a uniformização das inspeções em estabelecimentos penais pelos membros do Ministério Público.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
8. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00233/2015-50
Requerentes: Adriana Silveira Machado; Fabio Leal Cardoso; Junia Soares Nader; Vera Regina Della Pozza Reis
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Procuradoria Geral do Trabalho. Anulação da Decisão nos autos do IC nº 000381.2009.03.003/3. Preservação da decisão colegiada exarada pela Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (15/12/2015)

9. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00035/2015-97
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Apuração. Legalidade. Pagamento. Auxílio-creche. Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Minas Gerais

10. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00038/2015-58
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Apuração. Legalidade. Pagamento. Auxílio-creche. Ministério Público do Estado de Rondônia.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Rondônia
11. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00040/2015-63
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Reavaliação. Cumprimento. Resolução CNMP nº 86/2012. Portal da Transparência. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Rio Grande do Sul
12. Proposição nº 1.00059/2015-09
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
13. Avocação nº 1.00098/2015-25
Requerente: Suvamy Vivekananda Meireles
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Avocação. Sindicância. Portaria Reservada nº 03/2015 – CGMP (Alterada pela Portaria Reservada nº 07/2015 – CGMP). Processo Administrativo nº 3343AD/2015. Reclamação Disciplinar CNMP nº 0.00.000.000206/2015-24. Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Maranhão
14. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00113/2015-26 (Recurso Interno)
Recorrente: Douglas Renato Ferreira Graciani
Recorrido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Lei de Acesso à Informação. Indisponibilidade dos áudios das reuniões/sessões do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Descumprimento do disposto na Resolução CNMP n.º 89/2012.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Mato Grosso
15. Proposição nº 1.00126/2015-31
Proponente: Jarbas Soares Júnior
Objeto: Proposição. Dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelas Unidades Ministeriais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Ministério Público sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

16. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00135/2015-22 (Recurso Interno)
Recorrente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Bahia. Remoção de Servidores. Ato nº 141/2014. Falta de regulamentação dos critérios utilizados para remover servidor. Anulação do art. 9º do Ato Normativo nº 020/2014. Remoção de Ofício. Vagas devem ser suprimidas por meio de Edital.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Bahia
17. Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00181/2015-30
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Pinto – OAB/BA n.º 11.024
Objeto: Acórdão. Instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Exercício da Advocacia. Membro do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
18. Pedido de Providências nº 1.00193/2015-92
Requerente: Fernanda Basso Silverio
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Providências. Arquivamento. Sindicância nº 02/2015. Ministério Público do Estado do Paraná. Falta de análise de mérito.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Paraná
19. Proposição nº 1.00222/2015-52
Proponente: Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Objeto: Proposta de Enunciado que dispõe sobre a competência do Conselho Nacional do Ministério público na análise de ato de Procurador-Geral.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
20. Revisão de Decisão do Conselho nº 1.00258/2015-18
Requerente: Douglas Fabiano de Melo
Objeto: Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000077/2015-74.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
21. Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00264/2015-48
Requerente: Themis Maria Pacheco de Carvalho
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Inércia. Conselho Superior do Ministério Público do Maranhão. Decisão proferida no Processo Administrativo Disciplinar nº 8747/2011, instaurado a partir de decisão do CNMP no Processo n.º 0.00.000.000813/2011-61. Prescrição da pretensão punitiva disciplinar.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Maranhão

22. Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00277/2015-53
Requerente: Anna Victória Muylaert Saraiva Cavalcanti Dias
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Revisão de Processo Disciplinar. PAD nº 02/2104. Ministério Público do Estado do Piauí. Em desfavor de Promotor de Justiça Substituto.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Piauí
23. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00283/2015-83
Requerente: Fernando Affonso Collor de Mello
Advogado: Marcos Aldenir Ferreira Rivas – OAB/AM nº 2.250
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Conforme Decisão exarada nos autos do Processo nº 0.00.000.000715/2015-57 – ITEM 5. Apuração. Irregularidades. Contratação com dispensa de licitação. Aluguel de imóvel destinado a atender às necessidades da Procuradoria Geral da República.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
24. Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00288/2015-51
Requerente: Tarcisio Leite Mattos
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Rondônia. Não aplicação do disposto na Resolução CPJ/RO nº 01/2010. Reclamação acerca da modalidade de proteção/segurança disponibilizada a membro do Parquet e familiares.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Rondônia
25. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00311/2015-90
Requerente: Jairo José de Alencar Santos
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Concurso público para ingresso na carreira de Promotor de Justiça Substituto do Estado da Bahia. Direito de participação nas demais fases. Anulação da questão nº 01 do Grupo IV. Anulação da 2ª etapa do certame.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Bahia
26. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00316/2015-68 (Recurso Interno)
Recorrente: Marcos Valério da Silva Valença
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Despacho. Nulidade de ato de investidura em cargo público. Cessação de vínculo funcional. Alega o de irregularidade em laudo apresentado no Procedimento Administrativo Disciplinar.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Rio de Janeiro

27. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00320/2015-80
Requerente: Eduardo Antunes Parmeggiani
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Reformulação da lista de antiguidade dos membros do Ministério Público do Trabalho. Cômputo do período em que exerceu o cargo de Subprocurador-Geral do Trabalho para fins de antiguidade na classe de Procurador Regional do Trabalho.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Rio Grande do Sul
28. Pedido de Providências nº 1.00321/2015-34
Requerente: Sigiloso
Requerido: Sigiloso
Objeto: Excesso de Prazo. Inquérito Policial nº 116/2014. Pendente de Conclusão. Promotoria de Justiça de Cajamar/SP. Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: São Paulo
29. Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00331/2015-89
Requerente: Marcos Antonio Ferreira das Neves
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Suspensão. Efeitos da decisão liminar. Exarada nos autos do Processo nº 082/2015-CPJ pelo Relator Procurador de Justiça Mario Nonato Falangola. Incompetência do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará para exercer o controle dos atos administrativos de gestão do Procurador-Geral de Justiça.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Pará
30. Proposição nº 1.00333/2015-96
Proponente: Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP
Objeto: Proposta de Resolução. Instituição. Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
31. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00336/2015-57
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Requer afastar a exigência contida no art. 1º do Ato nº 24/2015-PGMP e do art. 7º, § 2º, do Ato 20/2014-PGMP.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Bahia

32. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00340/2015-70
Requerente: Lais Hoshino Kobayashi
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Concurso de Remoção de Servidores do Ministério Público da União. Edital nº 16/2015. Analista/Apoio Jurídico/Direito. Prazo para desistência. Procuradoria do Trabalho de Rondonópolis/MT.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Mato Grosso
33. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00346/2015-00
Requerente: Francisco de Souza Nunes
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte. Aquisição de imóvel sem processo licitatório para instalação de promotorias. Demolição posterior do imóvel. Má utilização do dinheiro público.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Rio Grande do Norte

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público